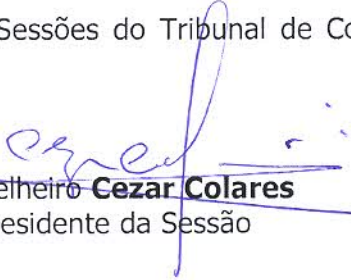


**PREJULGADO DE TESE Nº 014, 03 de julho de 2015.****RESOLUÇÃO Nº 11.986****Processo nº 201509282-00**

**EMENTA:** CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE BENEVIDES. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE ATENDIDOS. CONCESSÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES PÚBLICOS. EXIGÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA. VEDAÇÃO DE CONCESSÃO AOS VEREADORES (§ 4º, DO ART. 39, DA CF/88). PARCELA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO. PREVISÃO NA LDO E LOA. OBESERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NO ATO CONCESSÓRIO. VEDAÇÃO DE CONCESSÃO A SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. DESPESA PRECEDIDA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. APRECIÇÃO COM BASE NO ART. 1º, INCISO XVI, DA LEI Nº 084/2012 DO TCM.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** formulada em tese, e respondida nos termos do **Art. 1º, inciso XVI, da LC nº 84/2012 do TCM**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, à **unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, Relatório, Voto e Resolução da Conselheira Relatora, às **fls. 20-31** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **03 de julho de 2015**.

  
Conselheiro **Cezar Colares**  
Presidente da Sessão

  
Conselheira **Mara Lúcia**  
Relatora

**Presentes:** Conselheiros, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão; Conselheiros Substitutos, Sérgio Dantas e Márcia Costa; e Procuradora Maria Regina Cunha.



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 11.986**

**Processo n.º: 201509282-00**

**Assunto:** Consulta

**Órgão:** Câmara Municipal de Benevides

**Interessado:** Antonio Roberto de Oliveira

**Relatora:** Conselheira Mara Lúcia

Tribunal de Contas dos Municípios  
Ato publicado no D.O.E nº 32.963  
de 02.09.15, pg. 66  
\_\_\_\_\_  
Responsável

**EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE BENEVIDES. CONCESSÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES PÚBLICOS. EXIGÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA. VEDAÇÃO DE CONCESSÃO AOS VEREADORES (§ 4º, DO ART. 39, DA CF/88). PARCELA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO. PREVISÃO NA LDO E LOA. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NO ATO CONCESSÓRIO. VEDAÇÃO DE CONCESSÃO A SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. DESPESA PRECEDIDA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 20-30**, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **03 de julho de 2015**.

  
Conselheiro **Cezar Colares**  
Presidente

  
Conselheira **Mara Lúcia**  
Relatora

**Presentes:** Conselheiros Mara Lúcia; Cezar Colares; Antônio José Guimarães; Sérgio Leão; Conselheiro Substituto Sérgio Dantas e Márcia Costa e Procuradora Maria Regina Cunha.



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 11.986**

**Processo n.º: 201509282-00**

**Assunto:** Consulta

**Órgão:** Câmara Municipal de Benevides

**Interessado:** Antonio Roberto de Oliveira

**Relatora:** Conselheira Mara Lúcia

**RELATÓRIO**

**ANTONIO ROBERTO DE OLIVEIRA**, Vereador da Câmara Municipal de Benevides, encaminhou **CONSULTA** (fl. 01), com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, onde requer, em apertada síntese, a manifestação desta Corte de Contas, quanto à possibilidade, legalidade e constitucionalidade de concessão de Vale Alimentação, pela Câmara Municipal, tendo como beneficiários os seus servidores efetivos, comissionados e temporários, a qual instituída por meio de Resolução Legislativa, nos termos do Projeto encaminhado, às fls. 02/03.

Com o objetivo de esclarecimentos sobre a matéria, extraem-se os seguintes pontos de enfrentamento:

- a) Existe vedação legal para o pagamento de "vale alimentação", aos servidores públicos?*
- b) Qual a natureza jurídica do referido benefício?*
- c) Qual o instrumento normativo hábil a sua concessão?*
- d) Quais as repercussões orçamentárias e os reflexos remuneratórios, decorrentes da concessão?*

Os presentes autos foram recebidos à minha Relatoria, em **26.06.15**, onde considerando o atendimento das formalidades regimentais para seu processamento,





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 11.986**

procedi com a apreciação da matéria, na forma do presente relatório e voto que submeto à consideração deste Colendo Plenário, o qual recebeu prévia distribuição aos Gabinetes dos Ilustres Conselheiros, em **30.06.15**, com o escopo de conhecimento antecipado e aprofundamento sobre o tema submetido.

**É o relatório.**

**VOTO**

**PRELIMINARMENTE**, cumpre analisar da regularidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento integral das formalidades insculpidas nos **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012<sup>1</sup>**, tendo sido formulada em tese; por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste **TCM-PA**, pelo que passo a análise de mérito da mesma.

Cabe-me destacar, quanto ao atendimento das formalidades da presente consulta que, apesar de ter sido encaminhado cópia do projeto de resolução que tramita naquela Câmara Municipal, a apreciação da matéria e resposta, ora apresentados, serão realizadas com base na tese que encerra a matéria, sem que a mesma importe em prévia análise do ato concessor, no que se impõem, desta forma, a submissão futura da matéria, ao **TCM-PA**, na forma regimental.

A matéria em questão já recebeu apreciação em outros Tribunais de Contas, havendo um entendimento quase que pacificado quanto à matéria, no que entendo a delimitação de alguns aspectos, para melhor esclarecimento não só ao Jurisdicionado autor da consulta, quanto a terceiros, que porventura venham buscar a orientação desta Corte de Contas, tendo em vista o que estabelece o ainda vigente **art. 114, do RITCM-PA**, que prevê: "**as consultas, cujas decisões de Plenário forem unânimes, terão**

<sup>1</sup> XVI - Responder a consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno

*Handwritten signature*



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 11.986

*caráter normativo, após sua publicação no Diário Oficial do Estado, constituindo-se em prejudgado da tese”.*

Assim, inicialmente cabe identificar a natureza jurídica do referido benefício, com vistas a assentar sua legalidade, possibilidade de beneficiados, bem como os impactos orçamentários decorrentes de tal despesa.

Tal como já declinado, a matéria em comento já sofreu apreciação por outras **Cortes de Contas**<sup>2</sup>, onde restou sedimentado o entendimento pela possibilidade de concessão e a não inclusão da despesa, no rol que compõe as despesas com pessoal, dada sua natureza indenizatória, afastando, por conseguinte, impactos nas folhas de pagamento de pessoal; incorporação ao vencimento dos servidores e/ou incidência para cálculo de recolhimentos previdenciários.

Destaca-se, inicialmente, que para efetiva configuração da natureza indenizatória, a mesma só poderá ser paga para os servidores da ativa, excluindo-se, por conseguinte, seu repasse aos servidores aposentados ou pensionistas.

Alguns requisitos mínimos são exigidos para a regularidade da despesa, dos quais se destacam: **(I)** a previsão legal no município; **(II)** a previsão orçamentária; **(III)** a realização de processo licitatório para a aquisição das cestas básicas ou de empresa que administre o “vale alimentação”, e, ainda, **(IV)** observar o princípio da isonomia, ou seja, o benefício deve alcançar a totalidade dos servidores da Administração Municipal na ativa, vinculados ao Poder Público, ora concedente.

Cumprir destacar que os valores pagos a título de auxílio-alimentação, possuem caráter indenizatório, não se incorporando à remuneração do servidor para fins de aposentadoria e, portanto, tal parcela não pode ser considerada como base de

<sup>2</sup> TCE de Minas Gerais nas Consultas nº 737.713, de 04/03/09; 759.623, de 08/10/08; 716.011, de 12/03/08; 730.772, de 06/06/07; 657.567, de 16/02/05; 684.998, de 15/12/04, 687.023, de 01/12/04 e 695.555, de 16/08/06.

*Handwritten signature*





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 11.986**

cálculo para fins de incidência da contribuição previdenciária e, por inflexão lógica, com o cálculo de despesas com pessoal.

Por clara aplicação analógica, cabe ressaltar que, no âmbito federal, a **Lei n.º 8.460/92** que dispõe sobre a concessão de antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal traz em seu bojo o seguinte dispositivo:

***Art. 22. O Poder Executivo disporá sobre a concessão mensal do auxílio-alimentação por dia trabalhado, aos servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.***

***§1º. A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório.***

***§3º. O auxílio-alimentação não será:***

- a) incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;***
- b) configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público;***
- c) caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura.***

Neste mesmo sentido, a jurisprudência do **C. Supremo Tribunal Federal** corrobora tal entendimento, conforme se verifica da ementa do **RE 332.445/RS**, sob a Relatoria do **Ministro MOREIRA ALVES**:

***AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO.***

***- Esta Corte tem entendido que o direito ao vale-alimentação ou auxílio-alimentação não se estende aos inativos por força do §4º do artigo 40 da Constituição Federal, porquanto se trata, em verdade, de verba indenizatória destinada a cobrir***

*Handwritten signature*



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 11.986

**os custos de refeição devida exclusivamente ao servidor que se encontrar no exercício de suas funções, não se incorporando à remuneração nem aos proventos de aposentadoria** (assim, a título exemplificativo, nos RREE 220.713, 220.048, 228.083, 237.362 e 227.036). Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido. Recurso extraordinário conhecido e provido. (STF - RE 332445 / RS-RIO GRANDE DO SUL. 1ª Turma - Relator Ministro Moreira Alves. Julgamento: 16/04/2002. Pub.: DJ 24 - 05 - 2002 PP - 00067).

Nesse mesmo sentido é o posicionamento do E. Superior Tribunal de Justiça:

**TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SERVIDORES PÚBLICOS. BASE DE CÁLCULO. INCIDÊNCIA SOBRE A TOTALIDADE DA REMUNERAÇÃO. LEI 9.783/1999. ACRÉSCIMO DE 1/3 SOBRE A REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS. NÃO-INCIDÊNCIA. NOVO ENTENDIMENTO DO STJ.**

1. Consoante entendimento do STJ, a Contribuição Previdenciária dos servidores públicos incide sobre a totalidade da sua remuneração.
2. A Lei 9.783/1999, para fins de incidência da referida Contribuição, define a "totalidade da remuneração" como "vencimento do cargo efetivo, acrescido de vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual, ou quaisquer vantagens, (...) **excluídas: I - as diárias para viagens, desde que não excedam a cinquenta por cento da remuneração mensal; II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede; III - a**

*Handwritten signature*



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 11.986

**indenização de transporte; IV - o salário família".**

**Precedente: REsp 731.132/PE.**

3. Critério semelhante foi adotado pelo art. 4º da Lei 10.887/2004, segundo o qual "A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 11% (onze por cento), incidente sobre a totalidade da base de contribuição", assim entendido, nos termos do § 1º, "(...) o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, **excluídas:** I – as diárias para viagens; II – a ajuda de custo em razão de mudança de sede; III – a indenização de transporte; IV – o salário-família; **V – O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO;** VI – o auxílio-creche; VII – as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho; VIII – a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança; e IX- o abono de permanência de que tratam o §º 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003."

7. Agravo Regimental parcialmente provido.

**(STJ - AgRg no Ag 1212894/PR - Segunda Turma.  
Relator Ministro Herman Benjamin. Julg. 15/12/2009.  
Pub. DJe 22/02/2010).**

Inegavelmente, a concessão, pelo Poder Público Municipal, de "auxílio-alimentação", "tíquete-alimentação", "vale-refeição" ou "vale-alimentação", independentemente da nomenclatura utilizada, constitui benefício pecuniário ao servidor.

*Handwritten signature*





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 11.986

Contudo, a respeito do tema, a orientação do **C. STF**, notadamente nos **Recursos Extraordinários 229652, 231216 e 236449**, é pacífica em considerar que o benefício em causa tem natureza indenizatória, pois apenas visa a ressarcir valores despendidos com alimentação pelo servidor em atividade, sem, contudo, integrar sua remuneração.

Neste sentido, segue pacífico o posicionamento do C. STF, para afastar a possibilidade de concessão aos servidores aposentados, a teor dos seguintes julgados:

**"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. VALE-REFEIÇÃO E AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. BENEFÍCIO CONCEDIDO AOS SERVIDORES EM ATIVIDADE. NATUREZA INDENIZATÓRIA. EXTENSÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS. IMPOSSIBILIDADE.** O direito ao vale-refeição e ao auxílio-alimentação não se estende aos inativos e pensionistas, vez que se trata de verba indenizatória destinada a cobrir os custos de refeição devida exclusivamente ao servidor que se encontrar no exercício de suas funções, não se incorporando à remuneração nem aos proventos de aposentadoria. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento."

**(AI 586.615-AgR, Rel. Min. Eros Grau, DJ 1º.6.2006).**

**"EMENTA: - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO.** - Esta Corte tem entendido que o direito ao vale-alimentação ou auxílio-alimentação não se estende aos inativos por força do § 4º do artigo 40 da Constituição Federal, porquanto se trata, em verdade, de verba indenizatória destinada a cobrir os custos de refeição devida exclusivamente ao servidor que se encontrar no exercício de suas funções, não se incorporando à remuneração nem aos proventos de aposentadoria (assim, a título

*Handwritten signature*



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 11.986

*exemplificativo, nos RREE 220.713, 220.048, 228.083, 237.362 e 227.036). Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido. Recurso extraordinário conhecido e provido”*  
**(RE 332.445, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 24.5.2002).**

A jurisprudência do **C. Supremo Tribunal Federal** se coaduna com as disposições da **Lei Complementar 101/2000**, porquanto, e consoante se vê de seu **art. 18, o Legislador detalhou, de forma minudente, as espécies remuneratórias que integram as despesas com pessoal, e não se referiu àquelas de natureza indenizatória.**

A doutrina também não desborda dessa orientação, conforme se depreende da lição de IVAN BARBOSA RIGOLIN<sup>3</sup>, nestes termos:

*"(...) despesas com indenizações e com prêmios, não sendo nem constituindo quaisquer espécies remuneratórias – nem mesmo no sentido alargado que a essa expressão empresta o art. 18, "caput", da LRF, e por maiores que sejam – , não se integram àquele somatório, escapando portanto à limitação de gasto prevista nos art. 19 e 20, da mesma lei".*

Nessa mesma esteira de raciocínio, o **Decreto n.º 3.887, de 17/08/2001**, que **regulamenta o auxílio-alimentação no âmbito da União**, determina a concessão em pecúnia desse benefício, e que ele **terá caráter indenizatório (art. 2º), não se incorporando à remuneração (art. 4º, I).**

E, ainda, corroborando esse entendimento, verifica-se que o órgão central de contabilidade da União (Secretaria do Tesouro Nacional), responsável pela edição de

3

[http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/9155/o\\_regime\\_de\\_remuneracao\\_dos\\_agentes\\_publicos\\_e\\_a\\_incidencia\\_do\\_teto\\_constitucional](http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/9155/o_regime_de_remuneracao_dos_agentes_publicos_e_a_incidencia_do_teto_constitucional)

*Handwritten signature*





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 11.986**

normas gerais para consolidação das contas públicas, e notadamente por meio da Portaria Interministerial 163/2001, não aloca essa espécie de benefício entre os elementos de despesa relacionados aos gastos com pessoal, mas sim como "**serviços de terceiros**", mais precisamente, no elemento "**3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**".

Registre-se que, quando da edição da **Portaria Interministerial SOF/STN 163/2001**, a classificação do pagamento de auxílio-alimentação já era feita no grupo "Outras Despesas Correntes"(código 3.3.00.00.00), sob o código 3.3.90.46.00.5(...)"

Destacam-se, ainda, precedentes de **Tribunais Federais** e da própria **Justiça do Trabalho**, quando analisaram a natureza jurídica da parcela, com vistas a afastar sua integralização às verbas de natureza remuneratória, dado o pacífico entendimento da natureza indenizatória que o mesmo encerra:

***Ementa: ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. IMPOSSIBILIDADE. - Sendo de natureza indenizatória cujo objetivo é ressarcir o servidor das despesas com alimentação pelo exercício do trabalho, não é o auxílio alimentação extensivo aos inativos. - Precedentes da Turma. - Apelação improvida. (TRF-5 - Apelação Cível AC 410040 PE 0007602-90.2003.4.05.8300 (TRF-5). Data de publicação: 08/08/2007)***

***AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO CESTA ALIMENTAÇÃO. NATUREZA JURÍDICA. ADESÃO AO PAT. Consignado pelo eg. TRT que o tíquete alimentação era fornecido ao reclamante por força da adesão do reclamado ao PAT não há como se concluir pela natureza salarial da parcela. A decisão regional está em conformidade com a***





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 11.986

*Orientação Jurisprudencial nº 133 da SBDI-1 desta Corte.  
Recurso de revista não conhecido.*

**(TST - DOC. LEGJUR 141.1870.7003.0500)**

Assim, entendo que, as parcelas pagas aos servidores a título de auxílio-alimentação não compõem base de cálculo para fins de incidência da contribuição previdenciária e, por conseguinte, para cálculo com despesas de pessoal, pois tal *benefício* possui caráter indenizatório, e, portanto, não se incorpora à remuneração do servidor estatutário para fins de aposentadoria.

Tecidas tais considerações, com vistas à formulação de uma resposta mais didática ao jurisdicionado, pontuo-a, nos seguintes termos:

**01** – Há a possibilidade de se conceder aos servidores da Câmara Municipal o benefício do “vale alimentação”, custeado pela Administração Pública, não sendo tal benefício, contudo, passível de concessão aos vereadores, observada a vedação expressa, prevista no **§4º, do art. 39, da CF/88**, que estabelece a remuneração dos detentores de mandato eletivo exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer outra vantagem remuneratória.

**02** – O auxílio em exame, por ser benefício pecuniário de caráter indenizatório, não integra as despesas com pessoal do ente, poder ou órgão que o concede a seus servidores.

**03** – A concessão do benefício deve atender: (I) ao princípio da isonomia; (II) ser precedida de lei autorizativa; (III) estar prevista na LDO; (IV) ter dotação orçamentária específica; (V) observar as normas contidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000.

*Handwritten signature*



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO N.º 11.986**

**03** – Assim, caberá à Câmara Municipal, para a concessão deste benefício, a edição de Lei específica, de iniciativa do próprio Legislativo Municipal, que disciplinará a concessão aos seus servidores, podendo instituir, ainda, a forma de custeio, restando vedada a opção normativa da “Resolução Legislativa”.

**04** – De toda forma é recomendável que a lei que venha a autorizar o fornecimento de cestas básicas ou o pagamento de auxílio-alimentação aos servidores, contenha dispositivo expresso dispondo sobre a vedação da incidência de contribuição previdenciária sobre o valor do benefício pecuniário, nos moldes como foi estabelecido na **Lei nº 8.460/92**, aplicável aos Servidores Públicos Federais Civis Ativos, da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional.

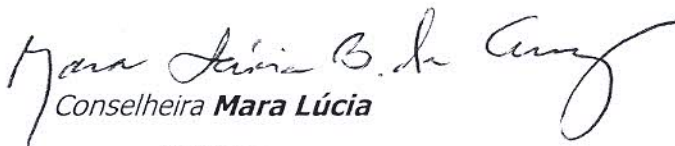
**05** – Vedação de extensão do benefício, dada a sua natureza indenizatória, para os servidores inativos e pensionistas.

**06** – A contratação de empresa, para fornecimento de tickets ou vales-alimentação, deverá ser precedida de regular processo licitatório, em observância ao previsto na **Lei n.º 8.666/93**.

Tecidas as considerações acima e declinados os precedentes jurisprudenciais e doutrinários, entendemos pelo integral esclarecimento da matéria submetida à orientação técnica deste TCM-PA.

**Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **03 de julho de 2015**.

  
Conselheira **Mara Lúcia**

Relatora